

CIDADANIA ATIVA

MANUAL DE APOIO À PARTICIPAÇÃO LOCAL

MANUAL DO RECURSO

AFRI-CÁ II

empreendedorismo e
participação cívica

RE / FAZER ESCOLA
COM O ESCOLHAS
COLHAS



AFRICA.BYP.PE@GMAIL.COM

ÍNDICE

- 03 ____ ENQUADRAMENTO DO RECURSO
- 03 ____ CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DO RECURSO
- 04 ____ ENQUADRAMENTO TEÓRICO
- 14 ____ POSICIONAMENTO FACE A OUTRAS INTERVENÇÕES
- 17 ____ NOTAS
- 21 ____ GUIA DE APLICAÇÃO
- 21 ____ PERFIL DOS UTILIZADORES
- 21 ____ PÚBLICO-ALVO
- 22 ____ NECESSIDADES A QUE RESPONDE
- 22 ____ OBJETIVOS
- 23 ____ CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO
- 24 ____ NARRATIVA DA PRÁTICA:
 - 25 ____ FASE 0: REFLEXÃO PRÉVIA
 - 27 ____ FASE 1: REFLEXÃO E LEVANTAMENTO AO NÍVEL DAS FREGUESIAS
 - 30 ____ FASE 2: DEVOLUÇÃO DESSE LEVANTAMENTO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA
 - 33 ____ FASE 3: REFLEXÃO E LEVANTAMENTO AO NÍVEL DO CONCELHO
 - 36 ____ FASE 4: DEVOLUÇÃO DESSE LEVANTAMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL
 - 41 ____ FASE 5: AVALIAÇÃO E BALANÇO DA INICIATIVA
- 45 ____ NOTAS
- 49 ____ CONSIDERAÇÕES FINAIS
- 50 ____ BIBLIOGRAFIA
- 52 ____ ANEXOS



ENQUADRAMENTO DO RECURSO

O presente recurso consiste num manual de apoio à conceção, planeamento e dinamização de iniciativas de incentivo à participação local, com jovens entre os 13 e os 18 anos, que lhes possibilitem o desenvolvimento de competências e recursos no domínio da participação cívica, bem como uma aprendizagem direta sobre o funcionamento das estruturas de decisão local.

a) CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DO RECURSO

O presente recurso baseia-se na iniciativa Declaração de Oeiras, desenvolvida pelo grupo de trabalho Dar Voz às Crianças da comissão alargada da CPCJ de Oeiras, em que se incluem diversas entidades locais, entre as quais os dois projetos financiados pelo Programa Escolhas, projeto Áfri-Cá: Asas e Raízes II (Caxias) e projeto Bairr@ctivo (Carnaxide).

No âmbito deste grupo de trabalho, têm sido experimentadas diferentes iniciativas de cunho participativo, promovidas com envolvimento ativo de crianças e jovens do concelho, que pretendem sensibilizar para as questões relativas aos seus direitos e condições de vida. Esta iniciativa, em particular, foi desenvolvida entre novembro de 2009 e abril de 2012, partindo de um desafio lançado pela então Presidente da CPCJ de Oeiras, a Enfermeira Luísa Costa. Inspirada no processo que deu origem à Declaração de Barcelona (ver secção “Posicionamento face a outras iniciativas, pp. 13-14), esta iniciativa procurou promover uma reflexão sobre os direitos das crianças e jovens, identificando problemas concretos e propostas de ação com vista à melhoria contínua das suas condições de vida. Embora o trabalho a desenvolver no âmbito deste recurso seja essencialmente prático, através da identificação de situações e questões específicas partindo da experiência local, recomenda-se uma leitura prévia de alguns documentos enquadradores sobre os Direitos das Crianças, como pano de fundo para enquadrar este trabalho. Para esse efeito, consultar o link sugerido no Anexo 1.

O projeto Declaração de Oeiras contemplou não só as iniciativas aqui descritas, promovidas junto de jovens do ensino básico (2º e 3º ciclo) e secundário, mas também

um conjunto de atividades realizadas com crianças de 1º ciclo, que não são incluídas neste recurso por corresponderem já a uma outra metodologia, tendo abarcado a totalidade das 10 freguesias do Concelho de Oeiras (Algés; Barcarena; Carnaxide; Caxias; Cruz-Quebrada/Dafundo; Linda-a-Velha; Oeiras/S. Julião da Barra; Paço de Arcos; Porto Salvo e Queijas).

Para a sua concretização, foi fundamental o contributo de inúmeros parceiros, com especial destaque para os agrupamentos de escolas, grupos de escuteiros e outras organizações locais e, claro está, para as próprias estruturas políticas, em particular a Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia. Contudo, o principal destaque cabe aos próprios jovens, sem os quais esta iniciativa não teria passado de uma utopia. Inclui-se a lista dos participantes no Anexo 2, aos quais agradecemos, desde já, toda a sua colaboração.

O presente recurso foi elaborado pelo projeto Áfri-Cá II, promovido pela Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu Portugal, num consórcio que inclui a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras e Agrupamento de Escolas de São Bruno, enquadrando-se nos princípios orientadores do Programa Escolhas 4ª Geração, particularmente pela ênfase colocada na capacitação e estímulo à participação como matrizes fundamentais para o desenvolvimento sustentado das comunidades locais.

Não obstante, dado que se considera que esta iniciativa foi, acima de tudo, uma experiência de grande aprendizagem, são aqui incluídas algumas adaptações e alterações à metodologia original, com base nas críticas e sugestões dadas pelos intervenientes no processo. Para mais informação sobre esta iniciativa e sobre os seus impactos, por favor reportar ao Anexo 1.

b) ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Estudos no âmbito da participação cívica e política

Diretivas recentes, a nível nacional e Europeu (Conselho Europeu 2003b; 2009; Conselho Europeu & Comissão Europeia 2003), têm apontado para a pertinência



de se desenvolverem ações integradas no domínio da educação para a cidadania e democracia, que permitam (re) aproximar os jovens da vida cívica e política, contribuindo para um desenvolvimento mais sustentável das comunidades locais.

Estas diretivas estão ancoradas em estudos que apontam para uma tendência de desinteresse crescente dos jovens na política formal (e.g. afluência às urnas; envolvimento partidário), referindo que este não implica, necessariamente, um maior desinteresse na política em si, mas apenas uma falta de confiança nas estruturas tradicionais de representação política e um sentimento de distanciamento em relação à política “pura”, sentido que esta é frequentemente pouco direta e pouco próxima das reais preocupações da população. Os jovens mencionam frequentemente que para desenvolverem uma maior confiança nos políticos necessitariam de sentir uma maior honestidade e transparência em relação ao funcionamento das estruturas políticas e em relação às decisões que são tomadas (Conselho Europeu & Comissão Europeia, 2003).

Em paralelo com este desinteresse crescente na política formal, assiste-se a um desvio do interesse dos jovens para causas e movimentos da sociedade civil, formais ou informais, a quem atribuem um maior capital de confiança. Embora esse interesse por formas alternativas de participação seja da maior importância para o desenvolvimento cívico e social, a falta de confiança nas instituições democráticas é apontada pelo Conselho Europeu como muito preocupante, dado que é um elemento fundamental para a participação política ativa e para a própria validação do sistema (Conselho Europeu & Comissão Europeia, 2003).

Igualmente relevantes, são os estudos que indicam que os jovens que não demonstram interesse na participação cívica e política são, na sua maioria, jovens a quem não foi dada a oportunidade de aprender como funcionam estas estruturas e de se envolverem ativamente nestes processos. Estes dados são ainda mais preocupantes quando associados a outras indicações, evidenciadas pelos mesmos estudos, que apontam que os jovens que vivem mais à margem dos mecanismos de ação política e democracia participativa são mais vulneráveis a envolverem-se em movimentos políticos extremistas, por efeito de pressão de pares (Conselho Europeu & Comissão Europeia, 2003).

Diretivas europeias sobre educação para a participação cívica

Com base nestes diagnósticos, o Conselho Europeu (2003 a; 2009) e a Comissão Europeia (2003) estabeleceram um conjunto de diretivas para a intervenção no domínio da educação e participação cívica, em que se incluem os seguintes objetivos prioritários:

1. Reforçar a participação dos jovens na vida cívica das suas comunidades, através do incentivo à sua participação em projetos e ações de cariz local, promovidas por grupos de jovens, organizações sem fins lucrativos ou outras estruturas.
2. Apoiar iniciativas que ajudem os jovens a aprender a participar. Nesse sentido, é recomendada a inclusão de iniciativas de educação cívica e política nos sistemas de ensino formal e não formal, bem como a integração de diferentes formas de educação para a participação. Destaca-se igualmente a importância do desenvolvimento de experiências diretas de participação como instrumento de aprendizagem, utilizando estratégias inovadoras para abordar conteúdos relativos à participação política.
3. Reforçar a participação dos jovens no sistema de democracia representativa, através de iniciativas que promovam um diálogo estruturado entre os jovens e as suas estruturas de representação local, regional e nacional.

Estas diretivas formam a base de sustentação da presente metodologia que pretende, justamente, responder a este conjunto de preocupações e necessidades, através de um leque de ações integradas, assentes numa preocupação de melhoria e valorização das comunidades locais (cf. Diretiva 1), que ensinam os jovens a participar, através de metodologias de aprendizagem experiencial e reflexão (cf. Diretiva 2), fazendo chegar as suas ideias e propostas aos órgãos com poder direto de decisão sobre essas matérias (cf. Diretiva 3).

Contudo, para compreender melhor a presente metodologia, importa clarificar alguns destes conceitos.

De que falamos quando nos referimos à capacitação?

O termo *empowerment* deriva do inglês *power*, significando, numa interpretação literal “dar poder”. O termo tem sido traduzido de diferentes formas, sendo aqui adotada a designação de *capacitação*. Este conceito refere-se ao processo através do qual as pessoas desenvolvem uma maior capacidade de influenciar o mundo e as próprias condições de vida (Staples, citado por Sadan, 2002). O conceito tem conhecido diferentes definições, mas para efeitos da presente metodologia, recorre-se à definição defendida por Rappaport (citado por Sadan, 2002), segundo a qual a capacitação é um processo interativo que ocorre entre o indivíduo e o seu ambiente, no decurso do qual sentimentos iniciais de limitação ou incapacidade se transformam numa aceitação crescente do seu papel, poder e responsabilidade como cidadão assertivo, com capacidade sociopolítica (Sadan, 2002).

Sabe-se que um fator crítico para o bem-estar e adaptação do ser humano é a sua capacidade de tomar decisões e de agir proactivamente em prol de determinados objetivos. A capacitação é um processo dinâmico que implica o desenvolvimento desta capacidade do ser humano pensar, sentir e agir como o principal ator da sua vida (Sadan, 2002). Neste sentido, podemos entender a capacitação como um processo de desenvolvimento realizado individualmente e/ou coletivamente, com impactos profundos tanto ao nível intrapessoal (i.e. processo de crescimento e evolução pessoal, em que são reforçadas competências e capacidades, com vista à construção de um autoconceito mais positivo e reforço do sentimento de eficácia pessoal) como interpessoal (i.e. desenvolvimento de uma compreensão social e política mais lata; reforço da consciência crítica e adoção de um papel mais ativo na tomada de decisões e controlo sobre o meio envolvente).

Capacitação psicológica vs. Capacitação política

A capacitação é um processo que implica mudanças internas e externas. O processo interno prende-se com o reforço da crença do indivíduo na sua capacidade de tomar decisões e resolver ativamente os seus problemas. A mudança externa manifesta-se na capacidade de agir e implementar conhecimentos, informações, competências e outros recursos, de modo prático, para cumprir os seus objetivos (Parsons, citado por Sadan, 2002). Alguns autores designam essa mudança interna de capacitação

psicológica e a mudança externa de capacitação política. A capacitação psicológica implica apenas forças e competências internas, ao passo que a capacitação política implica também um reforço das condições ambientais que possibilitem o exercício dessas competências (Gruber & Trickett, citados por Sadan, 2002).

Estes processos, que se desenvolvem ao nível do indivíduo, são semelhantes aos processos que ocorrem a um nível mais macro, por exemplo ao nível de um grupo, organização ou comunidade (Zimmerman & Rappaport, citados por Sadan, 2002). É, aliás, recomendável, aliar processos de capacitação individual, com processos de capacitação desenvolvidos em pequenos (e.g. turmas e/ou outros grupos de trabalho) ou grandes grupos (e.g. assembleias locais), dado que estes contextos desencadeiam processos e aprendizagens próprias, como o contraste de experiências e valores, a integração de diferentes perspetivas, a possibilidade de apoio mútuo ou o desenvolvimento de competências sociais como a assertividade e capacidade de negociação. A verdadeira capacitação implica, por isso, “sair das dimensões limitadas do *eu*, para a expansão de possibilidades do *nós*” (Sadan, 2002, p. 81), o que só é possível com este trabalho complementar em grupo. Em conclusão, podemos afirmar que o resultado do processo de capacitação é o desenvolvimento de competências pessoais e sociais ancoradas numa consciência crítica, na vontade de participar com os outros, de lidar ativamente com as frustrações e contrariedades e de lutar por uma maior influência sobre o meio envolvente (Sadan, 2002).

Consciência crítica e transformação social

O pedagogo brasileiro Paulo Freire deu um contributo decisivo para a conceptualização da capacitação como processo de transformação pessoal, social e política. Segundo Freire, o ser humano vive não apenas no presente e no seu mundo imediato, mas também na história, detendo uma capacidade de interpretação e de análise, que apelidou de consciência crítica, que é uma característica essencial e transversal aos seres humanos (Freire, 1970).

Esta consciência crítica é o processo através do qual as pessoas desenvolvem uma compreensão mais lata das condições que moldam a sua vida e da sua capacidade para alterar essas circunstâncias. Neste sentido, o sucesso ou falhanço de uma determinada ação concreta, empreendida na sequência de um processo de capacita-

ção, é apenas um dos elementos que compõem este processo. Tão ou mais relevante para o crescimento pessoal será a transformação na forma como as pessoas se percebem a si próprias e ao mundo que as rodeia, a consciência crítica a que Paulo Freire se referia. Sabe-se que esta consciência crítica é formada e consolidada através da experiência. Deste modo, é possível juntarmos a uma ação coletiva sem que se faça uma análise crítica sobre essas ações, mas se a essa ação se juntar uma reflexão sobre a experiência e interiorização de aprendizagens, é possível desencadear processos profundos de consciencialização e capacitação.

Em síntese, a ação, só por si, não desenvolve a consciência crítica, assim como a aprendizagem, sem concretização de experiências, também não o possibilita em pleno. Daí decorre a atenção que tem sido consagrada, sucessivamente, ao valor da aprendizagem experiencial no domínio da educação cívica, participação e democracia.

Educação cívica e política

A educação para a cidadania refere-se a um processo alargado de capacitação que procura equipar os indivíduos com os recursos necessários para que estes exercitem e defendam os seus direitos e responsabilidades cívicos e democráticos (Conselho Europeu, 2012).

De acordo com a Organização das Nações Unidas (PNUD, citado por Inducar, 2007), para que seja eficaz, a educação cívica deverá compreender os seguintes elementos:

1. Promoção de atitudes e disposições, que desenvolvam a confiança necessária para participar na vida cívica, assumindo os papéis, direitos e responsabilidades associados a essa participação e o amadurecimento de um conjunto de valores consonantes com esse papel (e.g. abertura, tolerância, responsabilidade);
2. Reforço do conhecimento cívico, com vista a uma compreensão mais alargada do contexto envolvente, dos seus direitos enquanto cidadãos e do próprio conceito de cidadania;
3. Desenvolvimento de competências cívicas, como a capacidade de explicar, analisar, interagir ou defender uma posição, utilizando essas competências para participar de forma informada nos processos cívicos e políticos.

Participação cívica

Nos anos recentes, tem sido dada uma importância crescente às questões relativas à participação cívica, por um conjunto de motivos. Por um lado, o reconhecimento crescente de que uma verdadeira mudança e desenvolvimento social só poderão ser sustentáveis quando ancorados no envolvimento direto da população; por outro, devido ao facto de a população, em geral, e de os jovens, em particular, exigirem cada vez mais serem ouvidos nas decisões que lhes dizem respeito; por fim, devido ao reconhecimento crescente, por parte das estruturas de decisão política, da necessidade de criar mecanismos “oficiais” para que essas vozes se façam ouvir dentro dos canais de representação democrática, aproximando os jovens e as comunidades desses órgãos oficiais.

As autoridades locais e regionais, sendo as estruturas governativas mais próximas dos jovens, desempenham um papel muito importante para assegurar a participação juvenil. Ao fazê-lo, estas conseguem assegurar que os jovens não só aprendem mais sobre a democracia e a cidadania, mas também que têm oportunidade de a pôr em prática. Contudo, para que a participação tenha lugar, é fundamental que os jovens consigam efetivamente influenciar e moldar as decisões e ações que os afetam (Conselho Europeu, 2003 b). Quando as entidades locais e regionais apoiam e promovem a participação juvenil, estão a contribuir para a integração social dos jovens, ajudando-os a lidar não apenas com os desafios e pressões da juventude, mas também com os desafios da sociedade moderna (Conselho Europeu, 2003 a).

Fatores que influenciam a participação

Sendo a participação um conceito atualmente em voga, é frequente que as intervenções no setor social se autodenominem de participativas. No entanto, este termo pode abarcar perspetivas muito diferentes sobre o que se entende por participação e sobre o grau de influência dos participantes em todo o processo. Nesse sentido, importa compreender melhor os fatores que determinam os processos participativos. Um modelo que procurou dar resposta a esta questão é o modelo CLEAR, proposto por Stocker (citado por Inducar, 2007). Segundo este modelo, as pessoas envolvem-se e participam ativamente quando têm os recursos necessários para participar (Can), quando se sentem pessoalmente envolvidos com o assunto, entidades

ou objetivos em questão (Like to), quando têm as oportunidades/estruturas que possibilitem essa participação (Enabled to), quando são mobilizadas para tal (Asked to) e quando acreditam que essa participação irá ter um impacto e seguimento futuro (Responded to). No quadro seguinte, apresentam-se em maior detalhe estes fatores, referindo-se o modo como foram incorporados na presente metodologia:

Fatores	Em que consistem?	Como podem ser estimulados?	Como foram aqui incorporados?
Can	As pessoas participam quando têm os recursos internos para tal (e.g. competências interpessoais; autoestima; assertividade).	Através de estratégias de capacitação específicas, que permitam reforçar essas competências.	Através de uma metodologia que visa essa capacitação, através de uma aprendizagem prática, com forte componente reflexiva (“aprender fazendo”).
Like	Participam quando sentem um envolvimento afetivo com as questões, localidades ou organizações em causa; quando reconhecem a sua importância.	Através do reforço de um sentido de comunidade, pertença e cidadania e/ou da sensibilização em relação às questões em causa.	Partindo dos contextos em que esse sentido de pertença e afeto é mais presente (Freguesias, Municípios) e de questões significativas para o seu bem-estar.
Enabled	Participam quando são criados as condições e mecanismos para que essa participação ocorra.	Através da divulgação dos mecanismos de participação já existentes e da criação e/ou divulgação de mecanismos de participação mais próximos dos seus interesses e realidades.	Por intermédio de vários momentos de articulação com as estruturas locais, em particular Juntas de Freguesias e Assembleia Municipal.

Asked	Participam quando são diretamente mobilizadas para tal ou quando sentem que o seu contributo, naquele momento, será importante.	Através de ações específicas de mobilização e incentivo à participação, que sejam diversificadas e apelativas.	Através da criação de mecanismos “bottom-up”, inicialmente em contexto turma, em que todos os jovens são convidados a participar, de forma muito concreta, seguidas de ações progressivamente mais abrangentes e exigentes.
Responded	Participam quando sentem que vão ser ouvidos e que vão ter uma oportunidade de diálogo, mesmo que não se chegue sempre a acordo.	Estimulando junto dos sistemas políticos/ outros, um interesse e sensibilidade para este tipo de questões.	Através de um contacto direto e próximo com as estruturas políticas locais, sensibilizando-as para a iniciativa.

Mas o que é, afinal, a democracia?

O conceito tem conhecido diversas evoluções ao longo da história. Deste modo, podemos apontar, por exemplo, que a democracia, tal como fundada enquanto sistema na antiga Grécia, poderia não ser considerada enquanto tal à luz dos critérios atuais. Atualmente, considera-se que os sistemas democráticos devem assentar num conjunto de premissas orientadoras, como a existência de sufrágio universal, isto é, direito de voto para todos os cidadãos; governos e demais órgãos executivos escolhidos através de eleições periódicas, livres e transparentes; liberdade de opinião e de associação; transparência no acesso à informação; e cidadania de pleno direito (Dahl, citado por Inducar, 2007).

Democracia representativa vs. Democracia participativa

A participação democrática vai muito além dos atos eleitorais, embora estes sejam um dos elementos mais importantes de participação dentro dos sistemas de democracia representativa. A participação e a cidadania ativa implicam o direito, meios, espaço, oportunidade e, quando necessário, o apoio, para participar e influenciar as decisões e para se envolver em ações e atividades que contribuam para uma sociedade melhor (Conselho Europeu, 2003).

A democracia representativa, através da qual os cidadãos elegem os seus representantes, delegando-lhes a responsabilidade de governar em seu nome, permite dar resposta a um número elevado e diversificado de cidadãos, oferecendo-lhes um mecanismo simples de participação na vida política. Se não tivéssemos mecanismos para facilitar a tomada de decisão e se todas as decisões políticas fossem tomadas por consenso, o processo de funcionamento democrático seria lento, dispendioso e ineficaz (Inducar, 2007). Deste modo, quase todas as decisões políticas são tomadas através destes sistemas de representatividade, estando os mecanismos de decisão direta habitualmente reservados para o escrutínio eleitoral e consulta pública sobre assuntos considerados prioritários e/ou sensíveis (e.g. referendos). Para além destes mecanismos, outras formas de democracia participativa têm sido mobilizadas de forma crescente nos últimos anos (e.g. orçamento participativo).

A democracia participativa refere-se, então, aos processos de decisão e governança partilhada entre o governo e a sociedade civil. As práticas participativas promovem uma maior consciencialização e responsabilização cívica e estimulam ações comuns construtivas. Adicionalmente, estas estratégias facilitam a participação de quem normalmente não tem condições, interesse ou oportunidade para tal. O reconhecimento de que os modelos institucionalizados de participação cívica nem sempre surtem os efeitos desejados tem levado a uma cada vez maior defesa da emergência de formas de participação “bottom-up” (i.e. baseadas na iniciativa dos próprios cidadãos, procurando influenciar as estruturas políticas e a sociedade em geral), voluntárias e representativas. A participação na “vida política” seja através do voto ou através de outras formas de envolvimento mais diretas, tem sido vista como essencial para gerar um interesse mais significativo no governo e na vida política. Através

da participação, os cidadãos desenvolvem não só um conjunto de valores e atitudes cívicas (e.g. tolerância, responsabilidade, abertura, respeito), mas também um “capital político”, isto é, uma capacidade de autogovernança e de influência política.

c) POSICIONAMENTO FACE A OUTRAS INICIATIVAS

A presente iniciativa tem algumas características comuns com outros projetos que têm sido desenvolvidos no âmbito da participação e democracia participativa, em particular:

- **Parlamento dos Jovens:** Iniciativa promovida pela Assembleia da República que visa promover o interesse pela participação cívica e política, promover o debate democrático e respeito pela diversidade de opiniões. A iniciativa aposta numa parceria com a rede de ensino formal, desenvolvendo-se de forma sequencial, através da eleição de representantes de cada escola e, posteriormente, através de uma seleção regional, nacional e, finalmente, da realização de uma sessão parlamentar na própria Assembleia da República. Esta iniciativa tem diversos pontos de convergência com o trabalho que aqui se propõe, nomeadamente a aposta na aproximação aos órgãos de representação política e uma estratégia de capacitação baseada no *role-playing*, isto é, colocarem-se no papel de deputados por um dia. Diverge, pela importância que é dada no presente projeto a uma maior focalização do debate nos recursos, problemas e propostas com impacto direto no bem-estar das crianças e jovens.
- **Parlamento Europeu dos Jovens (European Youth Parliament):** Iniciativa que envolve uma rede de 35 organizações europeias e milhares de voluntários, constituindo-se como uma das maiores plataformas europeias de debate político, encontro intercultural e partilha de ideias entre jovens. O PEJ desenvolve um conjunto de programas e iniciativas contínuas ao nível regional, nacional e internacional, que visam encorajar a iniciativa sociopolítica entre os jovens e a incorporação de aprendizagens que contribuam para a coesão europeia. O âmbito de ação do PEJ é substancialmente mais alargado do que o do presente recurso. Contudo, não deixa de ser importante a sua apresentação, neste contexto,

podendo-se sugerir, como desenvolvimento futuro, a incorporação de alguns dos jovens que participam nesta iniciativa, nas atividades desenvolvidas pelo PEJ.

- **Declaração de Barcelona:** Iniciativa realizada no âmbito do III Congresso Mundial sobre os Direitos da Infância e da Adolescência, que procurou proporcionar aos jovens um espaço de debate e reflexão em torno dos seus direitos, culminando na criação de um documento orientador, a que se deu o nome de Declaração de Barcelona. A presente iniciativa inspirou-se nesta ação, mas procurou focalizar mais a análise, fazendo chegar aos dirigentes políticos preocupações e propostas concretas.

Para mais informações sobre estas iniciativas, consultar o Anexo 1.





NOTAS









GUIA DE APLICAÇÃO

a) PERFIL DOS UTILIZADORES

Este recurso poderá ser implementado por uma diversidade de atores que atuam no setor social ao nível local, em particular técnicos, professores ou monitores de instituições sociais, culturais ou outras. Não havendo requisitos rígidos ao nível do tipo de utilizadores preferenciais, considera-se que existem alguns fatores relativos ao perfil dos utilizadores, que poderão ser importantes para a implementação com sucesso desta iniciativa:

- Conhecimento da realidade local;
- Capacidade de trabalho em parceria e de mobilização local;
- Conforto com a utilização de metodologias participativas e de educação não formal;
- Respeito por um conjunto de valores e princípios éticos, como a tolerância, abertura e imparcialidade, bem como uma postura de genuíno interesse e curiosidade em relação às opiniões e contributos dos jovens, procurando não enviesar a participação dos jovens.

b) PÚBLICO-ALVO

Apesar de potencialmente útil para jovens de qualquer idade, o presente recurso poderá ser particularmente interessante para jovens em idade de “pré-voto”, isto é, jovens aproximadamente entre os 13 e os 17 anos, que já estão num patamar de desenvolvimento sociocognitivo que lhes permite refletir criticamente sobre a sua realidade e desenvolver um trabalho colaborativo em grupo nesse sentido e que estão num momento privilegiado para o desenvolvimento de competências de cidadania, construção de uma consciência crítica e de responsabilidade e amadurecimento de um sistema de valores e interesses, que os prepare para participarem ativamente na sociedade assim que atingirem a maioridade e, conseqüentemente, adquirirem o

direito de voto e plena intervenção cívica e democrática enquanto cidadãos adultos. Por outro lado, o enfoque numa faixa etária em que a maioria dos jovens ainda se encontra no sistema de ensino regular facilita a mobilização dos jovens e articulação com os técnicos locais. Todavia, como se referiu anteriormente, embora tenha sido este o grupo com o qual esta metodologia foi validada, não se preveem contraindicações em relação à aplicação deste recurso a jovens de outras faixas etárias.

c) NECESSIDADES A QUE RESPONDE

Este procura dar resposta a uma lacuna de conhecimentos, competências e experiências específicas dos jovens no âmbito da participação, cidadania e democracia, que afeta com particular incidência os jovens provenientes de contextos socioeconómicos vulneráveis, impedindo-os de dar o seu contributo e de participar junto das estruturas de representação política e outras entidades com impacto no seu bem-estar de forma informada, consciente e responsável.

d) OBJETIVOS

O presente recurso pretende responder diretamente aos seguintes objetivos:

1. Capacitar os jovens para o exercício de uma participação cívica e política informada, através de um conjunto de ações de formação e experimentação que promovam a aquisição de competências, atitudes e conhecimentos neste domínio;
2. Criar e/ou aproveitar, junto das estruturas de representação local (e.g. Juntas de Freguesia; Assembleias Municipais), mecanismos de participação que permitam aos jovens, independentemente do seu contexto de proveniência, contribuir ativamente com as suas ideias e propostas para o desenvolvimento local;
3. Sensibilizar as estruturas de representação local para a importância de acolherem iniciativas de participação juvenil e de contabilizarem as propostas e contributos dos jovens das suas decisões e ações políticas.

Sendo estes os objetivos essenciais promovidos pela presente metodologia, são igualmente trabalhados outros aspetos mais latos, que não são aqui incluídos uma vez que implicam um trabalho complementar que vai já bastante além da presente metodologia. Nesse âmbito, é de referir, em particular, a facilitação do envolvimento dos jovens em iniciativas de participação cívica e desenvolvimento local, bem como o apoio à implementação das propostas por eles apresentadas. Na secção Considerações Finais são apresentadas algumas sugestões e recomendações sobre este assunto.

e) CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO

Não se preveem restrições em relação aos contextos nos quais a presente metodologia poderá ser aplicada. Pela sua flexibilidade e adequação às especificidades locais, poderá ser aplicada tanto em contextos urbanos como rurais, devendo-se para isso ajustar as temáticas que serão exploradas e a abrangência da iniciativa. Como se referiu no contexto de criação do recurso, esta metodologia pressupõe um forte trabalho em rede, com a colaboração de diversas entidades locais. Nesse sentido, será tanto mais pertinente, quanto maior for a capacidade de articulação e mobilização local de quem o aplica. No entanto, tal como foi anteriormente referido, esse aspeto não deve necessariamente impedir a sua aplicação, condicionando apenas a extensão em que será utilizado. Nesse sentido, não se deve ver a experiência como incompleta se não for possível ir até à última fase de implementação, podendo-se nesse caso investir mais tempo, por exemplo, na fase de reflexão com os jovens ao nível local.

Também não se identificam restrições, à partida, em relação às características do grupo-alvo a envolver. É, aliás, de referir, que o grupo com o qual foi testada a metodologia era ele próprio bastante diversificado do ponto de vista socioeconómico, cultural, de género e de sistema de valores/orientação política, o que apenas permitiu contribuir ainda mais para a riqueza e representatividade do exercício.

f) NARRATIVA DA PRÁTICA

A iniciativa está dividida num conjunto de etapas sucessivas que poderão ser executadas na sua totalidade ou apenas parcialmente dependendo dos objetivos que se pretender atingir, do tempo disponível e da capacidade de mobilização dos jovens e parceiros locais. Para uma lista do material necessário para cada fase de trabalho, consultar o Anexo 3.

Etapa	Objetivo	Intervenientes	Resultado final
Fase 0: Reflexão prévia	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre o que se pretende com iniciativa • Planeamento inicial 	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo de coordenação 	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de trabalho
Fase 1: Levantamento local (freguesia)	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer “diagnósticos” locais, através da discussão em pequenos grupos/ turmas 	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo de coordenação; • Escolas/ instituições 	<ul style="list-style-type: none"> • Grelhas de levantamento preenchidas
Fase 2: Devolução desse levantamento às Juntas de Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um documento único por freguesia, através do trabalho com um grupo de representantes 	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo de coordenação • Parceiros locais • Jovens representantes 	<ul style="list-style-type: none"> • Documento sobre a freguesia e parecer da Junta
Fase 3: Levantamento ao nível Concelhio	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão ao nível do concelho com base nos vários diagnósticos locais; • Criação de um documento único. 	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo de coordenação • Jovens representantes 	<ul style="list-style-type: none"> • Documento sobre o Concelho
Fase 4: Devolução desse levantamento à Assembleia Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do trabalho realizado na Assembleia Municipal e discussão pública das propostas 	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo de coordenação • Jovens representantes • Parceiros 	<ul style="list-style-type: none"> • Ata da assembleia geral

Fase 0: Reflexão prévia

Objetivo:

Refletir sobre o que se pretende atingir com esta iniciativa e traçar plano de ação.

Papel dos intervenientes:

Utilizadores do recurso: responsáveis por esta reflexão e planeamento inicial.

Preparação prévia:

1. Contactar outros potenciais utilizadores de modo a constituir um grupo base de trabalho, aqui designado por grupo de coordenação, que terá por missão garantir a monitorização e coordenação geral da iniciativa, bem como a articulação com os restantes participantes.

Descrição passo-a-passo:

1. Uma vez definido o grupo de trabalho, deverá ser agendada uma reunião inicial para que todos os utilizadores se familiarizem com a metodologia e reflitam sobre o trabalho que se pretende desenvolver, podendo para esse efeito partir das questões de reflexão que são colocadas na Ficha de Reflexão Inicial (Anexo 4). Esta reflexão servirá para garantir que todo o grupo de coordenação da iniciativa possui uma visão única sobre o trabalho a desenvolver e sobre o papel de cada um nesse processo. Se nesta fase de reflexão se concluir que o objetivo que o grupo tem em mente não se ajusta com os princípios e requisitos da presente metodologia, será preferível substituí-la por um outro tipo de instrumento mais adequado.
2. Caso após esta reflexão se decida avançar com a iniciativa, o grupo deverá iniciar o planeamento da mesma, recorrendo ao Quadro de Planeamento Inicial que se inclui em anexo (Anexo 5). É de salientar que qualquer um dos instrumentos em anexo poderá e deverá ser ajustado para se adequar da melhor forma ao trabalho que se pretende realizar. Neste primeiro planeamento, devem ser discutidos e acordados vários parâmetros da intervenção, em particular a constituição do grupo de coordenação, os papéis, tarefas e responsabilidades de cada interve-

niente, recursos a mobilizar e cronograma com as etapas, tarefas e calendarização das diversas ações. É previsível que este planeamento sofra alterações ao longo do tempo, pelo que sugere que este seja regularmente revisto pela equipa de coordenação.

3. É recomendável que nesta primeira reunião seja logo definida uma proposta de texto para a carta de apresentação que será enviada para os diversos parceiros e que será fundamental para a 1ª Fase do projeto (para sugestões sobre este documento, reportar ao Anexo 6), bem como uma lista detalhada dos parceiros a envolver e de quem estará responsável por fazer esse primeiro contacto (Anexo 7).

Dicas para os utilizadores:

- Na fase de formação do grupo de trabalho tentar constituir um grupo diversificado, se possível com elementos de diferentes organizações, diferentes capitais de experiência e competências e diferentes áreas geográficas. Esta diversidade poderá possibilitar um conhecimento mais alargado dos territórios, das estratégias a adotar (definição de papéis adequados ao perfil profissional, por exemplo) e dos recursos a mobilizar. Poderá ser igualmente pertinente na fase de contacto com os diferentes órgãos políticos, permitindo partir de relações profissionais já existentes e formalizadas.
- Dado que o trabalho a realizar vai implicar uma boa capacidade de articulação entre os facilitadores, sugere-se, todavia, que o grupo de trabalho tenha por base pessoas que já possuem algum tipo de conhecimento ou entendimento prévio ou instituições que já mantenham algum tipo de articulação, para assegurar a efetiva responsabilização de todos os envolvidos no sucesso da iniciativa.

Produto final:

- Quadro de planeamento inicial.

Fase 1: Reflexão e levantamento local

Objetivo:

Promover uma reflexão em grupo (turmas e/ou outros grupos), sobre a realidade local, abordando os principais recursos/potencialidades, dificuldades e propostas de ação, dentro das áreas temáticas sugeridas ou outras que venham a ser propostas.

Papel dos Intervenientes:

- Jovens (turmas/grupos): responsáveis pela discussão dos tópicos apresentados e preenchimento da grelha-resumo; nesta fase, como em todas as outras, pretende-se que sejam os principais atores, assumindo os restantes técnicos um papel de apoio e facilitação;
- Grupo de coordenação: responsável pela promoção das atividades, articulação com parceiros, monitorização do processo e recolha dos levantamentos realizados;
- Professores e/ou técnicos das instituições: responsáveis pela dinamização da discussão com os seus grupos de jovens (facilitadores);
- Técnicos de gestão das instituições: responsáveis pela coordenação interna da iniciativa e articulação com a equipa de coordenação.

Preparação prévia:

1. Caso este ainda não tenha sido criado na fase anterior, preparar um documento orientador (Anexo 6) para entregar aos professores/facilitadores e diretores das instituições, com uma informação sobre a iniciativa e sobre o trabalho que se pretende que cada grupo/turma desenvolva, com a grelha de levantamento em anexo (Anexo 8). No caso da iniciativa piloto, foram selecionados alguns tópicos centrais para o bem-estar dos jovens e das próprias comunidades (Saúde; Educação, lazer e cultura; Segurança; Ambiente e Condições de Vida), no entanto, caberá a quem dinamizar a iniciativa decidir que categorias explorar.

Descrição passo-a-passo:

1. Realizar um contacto inicial com as diversas instituições, de acordo com a lista de contactos já criada (Anexo 7), preferencialmente tanto por telefone, como por email, remetendo o documento orientador em anexo.
2. Se possível, sugere-se igualmente a realização de algumas sessões de lançamento do projeto, convidando todos os interlocutores que se pretende envolver, para lançar oficialmente a iniciativa, explicar detalhadamente o trabalho que se pretende que cada escola/instituição desenvolva e esclarecer quaisquer dúvidas. Para os professores/técnicos que o solicitem, poderão ser dadas algumas sugestões adicionais sobre formas de facilitar esta discussão com os jovens. Deverá ficar definido, desde logo, o prazo limite para envio destes trabalhos.
3. Cada agrupamento de escolas/instituição deverá apresentar a proposta ao máximo de grupos/turmas possível, dentro da faixa etária determinada. Naturalmente, não se espera que todos os diretores de turma aceitem o desafio e levem o processo até ao fim, mas a experiência-piloto demonstrou que mesmo que este trabalho só seja realizado por algumas das turmas de cada escola, o resultado final não deixa de ser muito interessante e enriquecedor, porque integra, desde logo, uma grande diversidade de contributos e experiências. O grupo de coordenação deve pedir a cada agrupamento/instituição que designe uma pessoa de contacto, que ficará responsável pela coordenação interna da iniciativa, mobilização dos professores, articulação com a equipa de coordenação e recolha dos levantamentos realizados.
4. Em cada grupo/turma, o facilitador deverá dinamizar um debate sobre os problemas e potencialidades da freguesia, partindo das categorias apresentadas na Grelha de Análise (Anexo 8). Tendo em conta que uma das principais críticas colocadas ao projeto-piloto foi o facto de este levantamento incidir muito nos problemas, embora fossem também apresentadas propostas construtivas relativamente a cada situação referenciada, optou-se por incluir nesta nova grelha um espaço para os recursos e potencialidades locais, dado que isso também é da maior importância para que os jovens e a população em geral reflitam sobre os aspetos positivos das suas localidades, mas também para que os agentes políti-

cos percebam quais os aspetos que a população mais valoriza, assegurando que esses recursos não são perdidos ou minimizados.

5. Sugere-se que no final do período de discussão, seja relida ao grupo a grelha de análise, para se acordar a versão final. O facilitador deverá referir que se houver alguma questão apresentada que lhes pareça menos significativa ou pertinente, poderá ser agora retirada desta análise final, já que o que se pretende é que sejam apresentadas as questões mais relevantes. Esta também foi uma das falhas apontadas no projeto-piloto, dado que não houve propriamente uma triagem dos problemas apresentados no decorrer do processo, incluindo-se por isso, uma grande diversidade de informações, com diferentes níveis de incidência e pertinência, como os próprios jovens vieram a indicar.
6. Caberá à equipa de coordenação assegurar a articulação com as restantes entidades e a recolha dos levantamentos realizados por cada escola e/ou instituição. Para esse efeito, sugere-se que seja utilizado o Quadro de Acompanhamento da Fase 1 (Anexo 9). Considera-se concluída esta fase de intervenção no momento de recolha destes diagnósticos locais.

Dicas para facilitadores:

- A grelha de análise não deve constituir um fim em si mesmo, mas sim um pretexto para gerar uma discussão interessante e mobilizadora com os jovens sobre as questões apresentadas, partindo da sua realidade envolvente. O papel dos responsáveis deverá ser de facilitadores, devendo estes para esse efeito moderar o debate sem enviesar os contributos dos jovens. Sugere-se que sempre que são apresentados novos pontos, seja pedido aos jovens que sejam concretos em relação às questões que apresentem e deem exemplos (e.g. locais, situações), para que o levantamento final seja o mais específico, rigoroso e informativo possível. As propostas de solução também deverão ser deixadas ao critério dos jovens, mas os facilitadores também devem dar a indicação aos jovens para procurarem, sempre que possível, soluções simples, não muito dispendiosas, que lhes pareçam viáveis, dentro das atribuições das estruturas locais e que envolvam diretamente os jovens e comunidade. Não será fácil encontrar sempre soluções que se enquadrem em todos estes critérios, mas refletir sobre estes pontos será muito

importante do ponto de vista da capacitação dos jovens, já que inúmeras ideias “esbarram” justamente nestes constrangimentos. Todavia, não é ainda necessário, nesta primeira fase, ser muito rigoroso com este tipo de questões.

- Caberá à equipa que dinamiza a atividade coordenar esta ação, acompanhando as escolas e instituições, no sentido de esclarecer eventuais dúvidas e avaliar a progressão do trabalho. Para que esta articulação seja mais simples, sugere-se que a equipa de dinamização selecione, desde o início, um coordenador para cada área geográfica, que fique responsável por esta articulação com as organizações. Do mesmo modo, no caso de a ação abarcar agrupamentos de escolas, sugere-se que o coordenador articule diretamente com um elemento do Conselho Diretivo, que possa centralizar a documentação produzida pelas várias turmas. Importa aqui referir que o tipo de suporte (e.g. apresentação powerpoint, documento de texto, entre outras opções) para apresentar estes resultados poderá ser escolhido pelas próprias turmas, desde que seja respeitada a estrutura de organização da informação.

Produto final:

Pasta com todos os documentos produzidos, organizados por área geográfica e instituição.

Fase 2: Devolução deste “diagnóstico” às Juntas de Freguesia

Objetivos:

Nesta fase, pretende-se elaborar um documento único por cada freguesia, fazendo chegar essa informação às respetivas Juntas de Freguesia, para que estas emitam um parecer sobre as propostas levantadas.

Intervenientes:

- Jovens (2 ou 3 representantes por freguesia): responsáveis pela revisão das grelhas de levantamento, preenchimento de um documento único de diagnóstico local e entrega do documento às respetivas Juntas de Freguesia.

- Coordenadores locais: responsáveis pela facilitação deste trabalho.

Preparação prévia:

1. Assegurar que todas as grelhas de levantamento elaboradas na fase anterior são recolhidas e organizadas numa pasta única por freguesia;
2. Selecionar os jovens que irão realizar este trabalho. O critério de seleção dos jovens caberá à equipa de coordenação da iniciativa e às escolas/instituições participantes. No projeto-piloto, os jovens selecionados respondiam a diferentes critérios de seleção (e.g. fazerem parte da Associação de Estudantes; representantes dos alunos junto do Conselho Pedagógico; perfil pessoal e interesse demonstrado na 1ª fase, entre outros), mas tinham em comum o seu interesse e empenho na iniciativa.
3. Uma vez selecionados os jovens, deverão ser entregues e recolhidas pelas respetivas escolas e/ou instituições as autorizações para participação na sessão de trabalho.

Descrição passo-a-passo:

1. Em cada freguesia, deverá ser organizada uma sessão de trabalho com os jovens selecionados. O número de jovens em cada sessão pode ser variável mas, se possível, deverão ser envolvidos representantes de todas as instituições que tenham participado na recolha na 1ª fase. Para apoio na organização das listagens de jovens e respetivos contactos, ver o Anexo 10.
2. Numa primeira fase da sessão, o facilitador deverá apresentar a iniciativa e os objetivos desta fase de trabalho, podendo introduzir algumas dinâmicas de grupo, que atuem como quebra-gelo.
3. O trabalho mais aprofundado deve começar pela uma leitura dos vários levantamentos recebidos, pedindo-se aos jovens que reflitam, para cada área temática, sobre as questões apresentadas, resumindo-as numa grelha única que deverá contemplar as questões mais salientes decorrentes da análise desses diagnósticos.
4. De seguida, deverá ser realizado um trabalho de triagem desses levantamentos, eliminando aspetos repetidos, agrupando questões complementares e organi-

zando as propostas pelo grau de relevância, eliminando as que venham a ser consideradas, por todos, menos pertinentes ou relevantes. Caso surjam desta discussão novas propostas consensuais, estas poderão ser acrescentadas ao documento final.

5. Com base nesta reflexão conjunta, o grupo deverá chegar a uma versão única da grelha de diagnóstico, que agrupe as propostas mais relevantes, tanto ao nível dos recursos/potencialidades da freguesia, como ao nível dos problemas e propostas de resolução.
6. De seguida, deverão ser estruturados os restantes elementos que integrarão o documento a entregar às Juntas de Freguesia, em particular uma informação inicial de enquadramento da iniciativa e uma apresentação da história e outros elementos positivos sobre a freguesia.
7. Uma vez finalizados os documentos, os coordenadores locais deverão agendar com a Junta de Freguesia uma data para a entrega do documento, que deverá ser feita pessoalmente por alguns dos jovens, acompanhados do coordenador ou de um outro monitor. Para esse efeito, deverão ser estabelecidos contactos telefónicos ou presenciais com as Juntas de Freguesia, apresentando e enquadrando a iniciativa e agendando, também desde logo, uma data para a recolha do parecer da Junta de Freguesia sobre o documento. Considera-se concluída esta fase, no momento da recolha de todos os documentos e respetivos pareceres.

Dicas para facilitadores:

- Caso o grupo seja muito numeroso (mais de 12 elementos), poderão ser constituídos grupos, divididos por tema de análise. No entanto, nesta fase é provável que o grupo seja relativamente pequeno, pelo que todo o trabalho poderá ser desenvolvido em plenário.
- Por outro lado, porque se pretende que esta fase tenha já uma forte componente de capacitação, o facilitador deverá apoiar os jovens nesta reflexão, ajudando a clarificar alguns conceitos, como a competências das Juntas e Assembleias de Freguesia.

Produto final:

- Documentos de diagnóstico de cada freguesia e respetivo parecer.

Fase 3: Reflexão e levantamento ao nível Concelho**Objetivos:**

Uma vez realizado o primeiro diagnóstico ao nível local (freguesias) e recolhidos os respetivos pareceres, importa dar continuidade a este processo, numa reflexão mais alargada ao nível do concelho como um todo, criando um documento único que reflita as potencialidades, problemas e propostas de ação para o Concelho.

Intervenientes:

- Jovens (2 ou 3 representantes por Freguesia): responsáveis pela discussão das propostas e criação do documento final.
- Coordenadores locais: responsáveis pela facilitação deste trabalho dos jovens e apoio na elaboração do documento final.

Preparação prévia:

1. Deverão ser selecionados 2 a 3 jovens por freguesia, possivelmente os mesmos da fase anterior, sendo entregue a respetiva autorização e informação para os encarregados de educação. Uma vez selecionado o grupo de jovens a participar (recorrer ao Anexo 10 para estruturar esta informação), o grupo de facilitadores deverá reunir-se para tratar de todos os preparativos para a sessão de reflexão de grupo. Isto implicará encontrar uma data compatível com as disponibilidades de todos os jovens, assegurar as condições logísticas para a realização da sessão (e.g. espaço, alimentação, material de apoio), preparar uma informação e autorização para ser entregue aos encarregados de educação e desenvolver um plano de trabalho para essa sessão, delegando tarefas.
2. Organizar previamente o dossier de trabalho com todos os documentos e pa-

receres e os restantes materiais. Se possível, enviar antecipadamente para os alunos selecionados os documentos de freguesia e pareceres para que estes se familiarizem com estes documentos, a par das autorizações para participação nas sessões de grupo. Para preparar o planeamento geral desta fase e acompanhar a sua realização, ver o Anexo 22.

Descrição passo-a-passo:

1. À semelhança da fase anterior, a sessão deve começar com uma breve apresentação da iniciativa e do trabalho que se pretende realizar nesta fase, seguida de algumas dinâmicas de quebra-gelo, para que o grupo se conheça melhor.
2. De seguida, os jovens deverão ser distribuídos aleatoriamente por grupos de cerca de 3-5 elementos, de acordo com os temas de análise (i.e. os temas que constavam da grelha inicial), procurando-se que os jovens da mesma Freguesia colaborem em grupos de trabalho diferentes. Cada grupo de trabalho terá um técnico/facilitador que os acompanhará nesta primeira fase de reflexão, para a qual os jovens dispõem de cerca de 30-45 minutos (tempo a definir pela equipa de coordenação).
3. Os jovens deverão começar por ler os documentos de cada freguesia e respetivos pareceres, seguindo a mesma metodologia que foi utilizada na fase anterior, para triar e/ou agrupar a informação. Como se estará a partir para um nível de análise mais macro (das freguesias para o concelho como um todo), esta triagem é particularmente importante, devendo-se incidir sobretudo nas questões mais salientes, prioritárias ou generalizadas. Caso no decorrer desta discussão surjam novos aspetos ou propostas, o grupo tem toda a liberdade para acrescentá-los, devendo inserir todos esses elementos numa grelha única de análise, que seguirá os mesmos parâmetros que a apresentada no Anexo 8. O grupo deverá ainda escolher um porta-voz para apresentar as suas conclusões ao restante grupo.
4. De volta à sala de plenário, os grupos dispõem de cerca de 10 minutos para preencherem os dados recolhidos num único papel de cenário de grande dimensão, colocado numa das paredes da sala. Sugere-se a realização de um coffee-break neste momento, para que os jovens possam descansar um pouco e preencher o

papel de cenário de forma tranquila. Este papel de cenário terá a mesma estrutura da grelha de análise e servirá para sintetizar a informação recolhida por todos os grupos de trabalho.

5. Uma vez preenchida esta informação, é eleito um “presidente da mesa” e um auxiliar, que ajudarão a controlar os tempos das apresentações e das intervenções dos jovens. É então pedido que cada grupo apresente as suas conclusões em cerca de 5-10 minutos, seguindo-se a cada apresentação um espaço de debate, para que todos os jovens discutam as questões apresentadas, até que se chegue a acordo sobre os problemas e propostas que deverão constar da versão final.
6. No projeto-piloto, foi enviado um convite anteriormente aos Presidentes de Juntas de Freguesia para estarem presentes no final da sessão, ouvirem a apresentação dos jovens sobre as principais ideias recolhidas e explicarem, na primeira pessoa, como funcionam as Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia e que tipo de poderes e responsabilidades detêm. A presença de dois Presidentes foi extremamente enriquecedora, permitindo um debate muito próximo com os jovens e algumas clarificações importantes, nomeadamente sobre a diferenciação de poderes entre as Juntas, Municípios e Governo.
7. Considera-se concluída esta fase, quando os jovens chegam a acordo sobre a versão final deste levantamento, isto é, uma listagem final dos recursos, problemas e propostas mais relevantes para cada área temática.

Dicas para facilitadores:

- Nesta fase, é importante que os técnicos responsáveis interfiram o mínimo possível no processo de reflexão e discussão dos jovens, servindo apenas como facilitadores, ajudando a orientar o seu trabalho sem influenciar as propostas finais. No entanto, poder-se-á novamente aproveitar para esclarecer quaisquer questões que surjam sobre o funcionamento das estruturas locais ou outros tópicos levantados durante a discussão e poder-se-ão colocar questões aos jovens que os ajudem a orientar a discussão.
- Pela experiência realizada, apercebemo-nos de que esta fase é extremamente interessante, mas pode igualmente ser muito extensa, dado que as opiniões são

muito diversificadas e por vezes é difícil chegar a um consenso. No entanto, é das fases mais ricas em termos de capacitação, dado que permite uma reflexão bastante aprofundada sobre as diferentes temáticas. Paralelamente, os próprios processos que emergem durante a sessão (e.g. pedir palavra; exprimir opiniões complexas; debater e ter que chegar a um consenso, apesar dos pontos de partida aparentemente contraditórios) são da maior importância para a construção de competências de cidadania e participação.

- Cumpre nesta fase aos facilitadores assegurar que o processo se desenrola com naturalidade, sem excessos de nenhuma das partes e que a todos os jovens é dada a mesma oportunidade de se expressarem e de partilharem as suas ideias com o grupo.

Produto final:

- Documento de apresentação do trabalho realizado, incorporando a recolha efetuada ao nível das mais-valias do concelho nas diferentes áreas de análise, aspetos a melhorar e propostas concretas de ação para esse efeito.

Fase 4: Devolução do diagnóstico à Assembleia Municipal

Objetivos:

Promover uma capacitação mais alargada dos jovens, através da sua participação numa sessão da Assembleia Municipal, em que estes terão oportunidade de apresentar as suas propostas para o concelho e debatê-las com o Executivo Municipal e grupos de deputados, ao mesmo tempo que aprendem de forma direta como funcionam estas estruturas políticas e quais são os mecanismos que estas disponibilizam para a participação dos munícipes.

Intervenientes:

- Jovens (grupo selecionado): responsáveis pela preparação da apresentação das propostas recolhidas na assembleia e discussão dos tópicos apresentados, assumindo o papel de “deputados por um dia”.

- Grupo de coordenação: responsável pela organização da atividade, articulação com os parceiros institucionais e apoio ao grupo de jovens durante todo o processo.
- Parceiros: nesta fase são incluídos diversos parceiros, cada qual com as suas atribuições específicas, cabendo a seleção dos parceiros que se pretende incluir a quem coordena a iniciativa. De qualquer modo, terão que ser incluídos, de modo prioritário, os responsáveis políticos e técnicos dos vários órgãos políticos, sensibilizando-os para a pertinência e interesse desta iniciativa, como forma de chegar mais próximo das populações e fomentar a participação dos cidadãos na vida política local. Também poderão ser mobilizados outros participantes, como representantes de órgãos de comunicação social, representantes das entidades que participaram nas primeiras fases da iniciativa ou outros convidados.

Preparação prévia:

1. Caso haja interesse em apresentar esta iniciativa na Assembleia Municipal, deverão ser iniciados contactos nesse sentido com alguns meses de antecedência, para que haja uma aprovação superior desse pedido e todos os requisitos legais, no que se refere à programação e divulgação dessa sessão extraordinária, sejam cumpridos. Para esse efeito, é recomendado que se peça o apoio de elementos que já pertençam a esse órgão e que possam facilitar este contacto.
2. O planeamento da sessão propriamente dita dependerá das dinâmicas locais e deverá ser adequado às características de cada contexto, salientando-se apenas a importância de uma preparação logística prévia extremamente rigorosa. Para uma sugestão de planeamento, reportar ao Anexo 13.
3. Caso se pretenda avançar para esta fase, torna-se necessário agendar mais um ou mais sessões com os jovens, no sentido de preparar adequadamente esta atividade.

Descrição passo-a-passo:

Sessões de preparação com os jovens

1. O planeamento das sessões com os jovens deve seguir os requisitos habituais em

relação ao contacto com os jovens, entrega das autorizações aos encarregados de educação, preparação logística e planeamento da estrutura da sessão.

2. Após as dinâmicas iniciais e enquadramento dos objetivos da sessão, os jovens deverão ser agrupados em pequenos grupos de trabalho, de modo aleatório. Cada grupo ficará responsável, numa primeira fase, por refletir, discutir e apresentar as suas sugestões ao restante grupo sobre um dos seguintes tópicos:

a) *Enquadramento inicial*: Um dos grupos deverá refletir, de forma mais abstrata, sobre os seus direitos e deveres enquanto munícipes e sobre os princípios orientadores de todo o trabalho que foi realizado, de modo a fazer um pequeno enquadramento inicial construtivo, que reflita o que se pretendeu desenvolver com este trabalho e de que modo consideram que as propostas apresentadas poderão ajudar a promover cada vez melhores condições para a população local. Sugere-se que sejam aqui enquadradas algumas citações dos próprios jovens, sobre o que toda a iniciativa significou para eles, que ajudem a tornar o documento mais pessoal e ilustrativo do que foi este processo.

b) *Diagnóstico*: Um dos grupos deverá centrar-se no diagnóstico realizado na fase anterior, refletindo criticamente sobre os pontos mais pertinentes e prioritários. Para apoiar esta reflexão, os facilitadores poderão lançar algumas questões de apoio, sem contudo influenciarem as respostas e opiniões dos jovens (e.g. se tivessem que propor uma ação concreta, quais destes problemas consideram mais graves ou urgentes? Se dispusessem de fundos e recursos limitados, quais os problemas e propostas que apresentariam primeiro?). Este exercício de priorização é fundamental, para que a apresentação realizada na Assembleia Municipal se centre nos aspetos mais pertinentes. Na reflexão realizada após a iniciativa-piloto, considerou-se que as propostas deveriam ter sido mais priorizadas, já que foram elencados muitos problemas, de diferente gravidade e prevalência, tendo isso acabado por desviar um pouco a atenção das questões mais pertinentes que se pretendia discutir.

c) *Perspetivas futuras*: Este grupo deverá refletir sobre a forma como as propostas apresentadas poderão, na sua generalidade, vir a ser implementadas no futuro, traçando algumas propostas nesse sentido, que serão incorporadas no

final do documento que será criado. Isto poderá passar por ações externas, ou seja, o que o grupo de jovens agora esperam do Executivo Municipal, das Juntas de Freguesia ou de outras estruturas, mas sobretudo pelo seu próprio compromisso, isto é, de que modo poderão eles fazer parte da resposta às necessidades do concelho.

- d) *Preparação da apresentação*: Este grupo deverá discutir e apresentar propostas sobre o modo como deve ser conduzida a apresentação na Assembleia Municipal, isto é, que tipo de suporte poderá ser utilizado para a apresentação das conclusões, se gostariam de apresentar também outras dinâmicas durante a sessão, entre outras questões relevantes. No projeto-piloto, por exemplo, foi decidido que alguns jovens leriam um poema entre cada uma das secções temáticas, com relação com os temas apresentados; que haveria um representante dos jovens na Mesa da Assembleia Municipal; que os restantes jovens teriam o papel de “deputados” por um dia (hipótese que tinha sido avançada pela própria Assembleia Municipal, que é o único órgão com capacidade para o autorizar) e que haveria um porta-voz dos jovens que faria um enquadramento inicial e daria a palavra aos jovens que apresentavam cada área temática.
3. No final deste trabalho em pequenos grupos, os jovens voltam a reunir-se em plenário para apresentar a reflexão de cada grupo, discutir conjuntamente as propostas apresentadas e chegar a acordo sobre a proposta final em cada um destes temas.
 4. Dado que todo este processo é moroso e exigente, é possível que uma única sessão não chegue para finalizar todas estas questões. Nesse caso, sugere-se que se marque uma segunda sessão, se necessário, para a preparação dos aspetos mais práticos da ida à Assembleia Municipal e seleção de quem irá exercer cada função no dia da Assembleia. Importa referir que na iniciativa-piloto foram necessárias duas sessões adicionais, uma primeira para fechar o programa da sessão e os papéis de cada um, e uma segunda, diretamente na assembleia, para conhecerem o espaço, falarem um pouco sobre o Presidente da Assembleia Municipal sobre o plano da sessão e ensaiarem no próprio espaço.

Sessão na Assembleia Municipal

1. O plano da sessão deverá ser proposto pelos jovens e equipa de coordenação, mas terá que ser aprovado pelo Presidente da Assembleia Municipal, de acordo com o regimento em vigor.
2. De qualquer modo, sugere-se que uma vez aberta a sessão de trabalhos, um dos promotores da iniciativa faça uma primeira introdução mais institucional, dando depois a palavra a um dos jovens, para apresentar mais concretamente a iniciativa e o trabalho que foi desenvolvido, dando de seguida a palavra a outros jovens, para apresentarem sucintamente as suas conclusões dentro de cada área temática.
3. Por uma questão prática, na iniciativa-piloto foram apresentados todos os temas, antes de se partir para uma discussão aberta, para que a sessão não se tornasse excessivamente cansativa, sendo realizado um pequeno coffee-break entre os dois momentos.
4. Esta discussão das propostas deverá seguir, naturalmente, o regimento da Assembleia Municipal, o que tem impacto na ordem pela qual se processam as intervenções e no tempo de que cada pessoa dispõe para falar. No entanto, é fundamental que o tempo seja gerido de forma a possibilitar, efetivamente, a discussão das propostas apresentadas e a intervenção dos jovens, o que só se consegue com um planeamento muito rigoroso da ordem de trabalhos e tentando abreviar ao máximo a apresentação dos temas. Para esse efeito, é importante definir previamente quais os tópicos prioritários dentro de cada tema. Considera-se esta fase concluída no momento em que se encerra a sessão da Assembleia.

Produto final:

- Documento final de apresentação das propostas dos jovens para o concelho.

Fase 5: Avaliação e balanço das ações realizadas

Objetivos:

Avaliar o impacto da iniciativa junto dos jovens, parceiros e técnicos envolvidos, extraindo ilações importantes sobre a forma de dar continuidade às propostas apresentadas e sugestões de melhoria para iniciativas futuras.

Intervenientes:

- Jovens (grupo selecionado): responsáveis pela avaliação global do processo; revisão, se assim o desejarem, do documento final, com base no feedback e sugestões que receberam.
- Coordenadores locais: responsáveis pela facilitação deste trabalho de avaliação com os jovens e restantes parceiros; autoavaliação da iniciativa com base nas suas próprias expectativas iniciais.
- Restantes parceiros: avaliação global da iniciativa e produção de sugestões para melhoria futura.

Preparação prévia:

1. Planear a avaliação, identificando quem será envolvido, quais as estratégias a adotar e de que modo serão recolhidos esses contributos. Os instrumentos específicos a adotar deverão ser selecionados pelo grupo de coordenação, embora aqui sejam apresentadas algumas sugestões, sobretudo em termos das estratégias gerais de avaliação.
2. Enviar o convite e confirmar a participação das pessoas nas sessões de avaliação.

Descrição passo-a-passo:

Avaliação com os jovens:

1. Este deverá ser o principal elemento de avaliação da iniciativa, pelo que se sugere a realização de uma nova sessão presencial, com o grupo de jovens que acompanhou as últimas fases da iniciativa, para que estes reflitam conjuntamente sobre todo o processo.

2. Sugere-se que seja aqui utilizada a metodologia do “world café”. Para esse efeito, organiza-se a sala com o número de mesas necessárias para cada grupo, cobrindo cada mesa com uma folha de papel de cenário em que se coloca uma questão pertinente para a avaliação da iniciativa (e.g. O que aprendi com este processo? O que mudaria?) e uma série de marcadores coloridos. De seguida, divide-se o grupo, aleatoriamente, em grupos de trabalho, indicando-se que cada grupo terá cerca de 5 minutos para responder à questão colocada. Todos os elementos do grupo devem escrever qualquer coisa, podendo as respostas ser individuais ou comuns a elementos do grupo. Ao fim desse período, os facilitadores dão final para que os jovens troquem de mesa e repete-se o processo, até que todos respondam a todas as questões.
3. De seguida, o grupo reúne-se em plenário para discutir as conclusões a que chegaram e para falar, mais concretamente, sobre o balanço que fazem das várias etapas, incluindo da sessão na assembleia, podendo-se rever, neste momento, o documento final, de forma a incluir novas sugestões dos jovens. A sessão termina quando forem recolhidos todos os elementos de avaliação e se chegar a acordo sobre o documento final. Importa aqui que os facilitadores reforcem que os jovens não deverão ser obrigados a rever o documento por questões de natureza política, mas apenas se considerarem que algumas das questões apresentadas já não fazem sentido ou poderiam ser estruturadas de uma forma mais clara e construtiva.

Avaliação com os parceiros:

1. Sendo difícil reunir o contributo de todos os parceiros numa sessão presencial, sugere-se que sejam preparados diferentes questionários de avaliação para serem preenchidos por quem participou na iniciativa, em particular, pelos dirigentes das escolas/instituições envolvidas, pelos professores/técnicos que promoveram os debates com os seus grupos e pelos restantes parceiros institucionais (e.g. Juntas de Freguesia; Mesa da Assembleia Municipal; Executivo da Câmara Municipal, entre outros).
2. A decisão sobre quem será envolvido neste processo de avaliação deverá ser tomada, como se referiu anteriormente, por quem promove a iniciativa, adaptando-se às especificidades do trabalho que foi desenvolvido.

Avaliação com a equipa de coordenação:

1. Importa, também, que a equipa que promoveu e coordenou toda a iniciativa autoavalie este trabalho, confrontando o processo e resultados obtidos com as expectativas iniciais e retirando sugestões para próximas iniciativas. Para esse efeito, sugere-se que seja realizada uma reunião de trabalho, após as restantes avaliações, para que seja feito esse balanço global da iniciativa e esta seja oficialmente concluída.

Produto final:

- Instrumentos de avaliação preenchidos





NOTAS









CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentada a iniciativa que deu origem a este recurso e a respetiva metodologia, resta abordar os seus impactos, lançando algumas pistas para desenvolvimentos futuros, que poderão vir a ser explorados por quem aplicar este recurso.

Muito embora a capacitação seja um processo moroso e exigente, difícil de avaliar no espaço de tempo em que decorre a iniciativa, foi possível identificar, desde logo, um conjunto de impactos muito positivos junto do grupo de trabalho, que permitem atestar a relevância desta iniciativa. Desde logo, a forte adesão à iniciativa, tanto por parte das escolas, como por parte de outras organizações locais, sendo de destacar o facto de terem sido envolvidas organizações de todas as freguesias do Concelho de Oeiras. Por outro lado, é de destacar a evolução sentida junto do grupo de jovens que acompanhou a iniciativa mais de perto, tanto ao nível do seu empenho e compromisso com a iniciativa, como nas competências demonstradas no decorrer do processo (e.g. capacidade de apresentar com clareza os seus argumentos, mesmo quando contrários à opinião dos outros; ser capaz de discutir e negociar esses diferentes pontos de vista, encontrando uma zona de conforto comum; adotar papéis específicos, tanto no trabalho em grupo como na própria apresentação na assembleia, assumindo os deveres e responsabilidade inerentes a essas funções). Para um relato direto desses impactos, é interessante ouvir os comentários dos próprios jovens, num pequeno vídeo sobre a iniciativa (ver Anexo 1).

Este projeto constitui apenas uma primeira etapa de trabalho num processo de capacitação e desenvolvimento social que poderá ser mais longo e completo. Nesse sentido, podemos pensar neste recurso como uma etapa prévia a outras iniciativas, em particular:

- Iniciativas de orçamento participativo jovem, em que as questões prioritárias relativas a cada área temática apresentadas pelos jovens poderiam ser transformadas em propostas concretas de investimento;
- Criação de grupos de jovens, mais ou menos formais, que dessem seguimento às propostas de ação apresentadas, servindo como interlocutores privilegiados dos próprios jovens junto dos órgãos de representação local;
- Crescimento desta iniciativa para outros órgãos de representação mais alargados, ao nível nacional ou europeu.

BIBLIOGRAFIA

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2009). An EU Strategy for Youth – Investing and Empowering: A renewed open method of coordination to address youth challenges and opportunities. Comunicação da Comissão das Comunidades Europeias ao Parlamento Europeu a 27/04/2009. Disponível para consulta no Portal do Conselho Europeu: http://youth-partnership-eu.coe.int/youth-partnership/news/attachments/communication_final.pdf.

CONSELHO EUROPEU (2003 a). *Revised European Charter on the Participation of Young People in Local and Regional Life*. Documento publicado pelo Congresso de Autoridades Locais e Regionais da Europa. Disponível para consulta no Portal do Conselho Europeu http://www.coe.int/t/dg4/youth/Source/Coe_youth/Participation/COE_charter_participation_en.pdf.

CONSELHO EUROPEU (2003 b). *Council Resolution on Common Objectives for Participation by and Information for Young People*. Publicado pelo Jornal Oficial da União Europeia a 05/12/2003. Disponível para consulta no Portal da Parceria do Conselho Europeu para a Juventude: http://youth-partnership-eu.coe.int/youth-partnership/documents/EKCYP/Youth_Policy/docs/Citizenship/Policy/Council_res2003_participation_information.pdf.

CONSELHO EUROPEU (2009). *Council Resolution on a Renewed Framework for European Cooperation in the Youth Field 2010-2018*. Documento publicado pelo Conselho da Europa a 27/11/2009. Disponível para consulta no portal da Comissão Europeia: http://ec.europa.eu/youth/pdf/doc1648_en.pdf.

CONSELHO EUROPEU (2012). *What is Education for Democratic Citizenship and Human Rights?* Informação publicada pelo Conselho Europeu. Disponível para consulta no Portal do Conselho Europeu: http://www.coe.int/t/dg4/education/edc/1_What_is_EDC_HRE/What_%20is_EDC_en.asp#TopOfPage.

CONSELHO EUROPEU & COMISSÃO EUROPEIA (2003). *What About Youth Political Participation?* Documento publicado no âmbito da Parceria do Conselho Europeu e da Comissão Europeia para a Juventude. Disponível no Portal do Conselho



Europeu: http://youth-partnership-eu.coe.int/youthpartnership/documents/EKCYP/Youth_Policy/docs/Citizenship/Research/2003_youth_political_participation_report.pdf.

FREIRE, P. (1970). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

INDUCAR (2007). *European Citizens in Movement: Training kit*. Manual desenvolvido no âmbito do projeto European Citizens in Movement. Disponível no sítio: www.inducar.pt.

SADAN, E. (2002). *Empowerment and Community Planning*. Israel: Hakibbutz Hameuhad Publishing House.

ANEXOS

ANEXO 1: LINKS ÚTEIS

Informação sobre o projeto-piloto:

Vídeo com reportagem geral sobre o projeto:

<http://www.youtube.com/watch?v=NoZPoeqChjc>

Reportagem do Jornal da Região de Oeiras sobre a sessão na Assembleia Municipal:

http://jr.jornaldaregiao.pt/arquivo/Oeiras/Oeiras_306.pdf

Notícia sobre fase de implementação ao nível local - “Declaração de Caxias”

<http://www.programescolhas.pt/conteudos/revista-escolhas/ver-revista/4ec563a945caf/projeto-afri-ca-ii---dar-voz-as-criancas-pelo-desenvolvimento-local>

Imagens da 1ª sessão de trabalho com representantes de todo o Concelho de Oeiras:

<http://www.facebook.com/media/set/?set=a.10150739145863696.498109.129586383695&type=3>

Leituras complementares:

Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU/UNICEF):

http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf

Sugestões de recursos úteis na área da participação juvenil (UE/Salto-Youth):

<http://www.salto-youth.net/rc/participation/participationresources/>

Outras iniciativas:

Parlamento dos Jovens:

<http://app.parlamento.pt/webjovem2012/index.html>

European Youth Parliament:

<http://www.eypej.org/>

European Youth Parliament:

<http://www.eypej.org/>

ANEXO 2: FICHA DE AGRADECIMENTOS

Grupo de Jovens*: Em primeiro lugar, importa destacar o trabalho realizado pelo grupo de jovens que participou nas fases de elaboração do trabalho final relativo ao projeto Declaração de Oeiras, em particular, Alcino Martins, Ana Margarida Carvalho, Ana Rita Varanda, António Fortunato, Bárbara Morgado, Beatriz Neta, Denise Andrade, Fábio Graça, Fábio Simões, Inês Feliciano, Joana Couceiro, João Faria, João Fernandes, Kalina Popova, Leah Saraiva, Madalena Santos, Mafalda Campos, Mafalda Cardoso, Maria Moreira da Glória, Mariana Borges, Mariana Silva, Matilde Dias, Miguel Domingues, Milene Cruz, Nádia Sanhá, Pedro Dias, Ricardo Fernandes, Rita Santos, Teresa Viegas, Tiago Cabecinhas, Vanessa Martins, Usha Ramgi.

Planeamento e Coordenação da iniciativa: Enf.^a Luísa Costa (Ex-Presidente da CPCJ Oeiras), Dr. João Belo (Presidente da CPCJ Oeiras); Dr.^a Ana Faustino (Coordenadora do grupo de trabalho Dar Voz às Crianças), Prof.^a Isabel Lopes (Coordenadora da iniciativa; Professora Tutora da CPCJ de Oeiras); Dr. Hugo Gonçalves (Ex-Coordenador do grupo de trabalho Dar Voz às Crianças; Centro Social e Paroquial de Oeiras); Dr. António Santinha (Casa da Fonte/SCML); Prof.^a Isabel Crespo (Professora Tutora da CPCJ de Oeiras), a par, naturalmente, dos dois Coordenadores de projetos apoiados pelo Programa Escolhas no Concelho de Oeiras, Dr.^a Teresa Pinto (Coordenadora Projeto Áfri-Cá II - Caxias) e Hélder Delgado (Coordenador do Projeto Bairr@ctivo - Carnaxide).

Instituições: *Algés:* Escola Secundária de Miraflores; 2. *Barcarena:* Grupo de Escuteiros; 3. *Carnaxide:* Agrupamento de Escolas de Carnaxide/Valejas; Agrupamento de Escolas de Carnaxide/Portela; Projeto Bairr@ctivo; 4. *Caxias:* Agrupamento de Escolas de São Bruno; Projeto Áfri-Cá II/Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu Portugal; 5. *Dafundo/Cruz-Quebrada:* Agrupamento de Escolas Zarco; 6. *Linda-a-Velha:* Agrupamento de Escolas Amélia Rey Colaço; 7. *Oeiras:* Agrupamento de Escolas de S. Julião da Barra; Agrupamento de Escolas Conde de Oeiras; Casa da Fonte/SCML; Centro Paroquial de Oeiras; 8. *Paço de Arcos:* Agrupamento de Escolas Dr. Joaquim de Barros; Escola Secundária Luís de Freitas Branco; 9. *Porto Salvo:* Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro; 10. *Queijas:* Agrupamento de Escolas Noronha Feio; Grupo de Escuteiros.

Apoios Institucionais: Esta iniciativa não teria sido possível sem o apoio dos responsáveis políticos e elementos de apoio técnico da Câmara Municipal de Oeiras, Assembleia Municipal de Oeiras e das Juntas de Freguesia de Algés, Barcarena, Carnaxide, Caxias, Cruz-Quebrada/Dafundo, Linda-a-Velha, Oeiras, Paço de Arcos, Porto Salvo e Queijas.

ANEXO 3: LISTA DE MATERIAIS NECESSÁRIOS

	Recursos em anexo	Nº Anexo	Outros materiais
Fase 0	Ficha de reflexão inicial	4	
	Quadro de planeamento geral	5	
Fase 1	Carta de apresentação da iniciativa	6	Autorizações para encarregados de educação.
	Ficha de parceiros e contactos	7	
	Grelha de análise	8	
	Quadro de acompanhamento 1ª fase	9	
	Listagem de jovens	10	
Fase 2	Quadro de acompanhamento 2ª fase	11	Pasta com grelhas de levantamento local produzidas na 1ª Fase.
Fase 3	Quadro de acompanhamento 3ª fase	12	Pasta com grelhas de levantamento local e respetivos pareceres.
Fase 4	Quadro de acompanhamento 4ª fase	13	Levantamento realizado pelos jovens na 3ª Fase; cópias do documento final (impressas) e apresentação (powerpoint ou outra).
Fase 5	Quadro de planeamento da avaliação	14	Instrumentos de avaliação; material para sessão com jovens.

ANEXO 4: FICHA DE REFLEXÃO INICIAL

Após uma leitura inicial do recurso, os potenciais utilizadores devem refletir sobre as seguintes questões:

Questões	Pontos de análise
1. O que se pretende com esta iniciativa?	A iniciativa deve ser utilizada como instrumento de capacitação ao serviço dos próprios jovens, não devendo servir para “validar” problemas concretos previamente identificados pelos técnicos locais, já que uma das condições fundamentais é que este exercício de participação cívica parta dos jovens, com base nas suas preocupações e sentido crítico, caso contrário, estaremos a transmitir uma visão distorcida do que é a democracia participativa.
2. Quem será envolvido?	Refletir não só sobre o grupo-alvo a mobilizar (jovens), mas também sobre os parceiros que seriam incluídos e sobre a constituição do grupo de coordenação/facilitação, tendo já em consideração as características que se esperam destes facilitadores.
3. Com que estratégias?	Perceber de que modo o recurso poderá ser apropriado tendo em conta as especificidades locais: Qual a melhor forma de chegar a cada um dos intervenientes? Há alguma atividade que não faça sentido neste contexto? Há outras estratégias que podem ser exploradas?
4. Que recursos poderão ser mobilizados?	Quais são os recursos à minha disposição a nível local que eu poderei mobilizar para esta iniciativa? Quais são os recursos de que não disponho ou que necessito de encontrar?
5. Até que fase faz sentido avançar?	Tendo em conta tudo isto e pensando nos objetivos iniciais, faz sentido avançar até à última fase ou será preferível focalizar-me só em parte do processo? Nesse caso, até onde?

ANEXO 5: QUADRO DE PLANEAMENTO INICIAL

Objetivo geral	Fases	Objetivos específicos	Estratégias	Atividades	Intervenientes	Calendari-zação	Observ.
	0						
	1						
	2						
	3						
	4						
	5						

ANEXO 6: GUIÃO PARA DOCUMENTO DE APRESENTAÇÃO

Obs.: A apresentar sob a forma de carta, em formato A4, com os logótipos de quem promove a iniciativa e a grelha de análise em anexo.

Estrutura	Conteúdos	Observações
Apresentação da iniciativa	Título da iniciativa, identificação de quem a promove e dos seus objetivos gerais.	Apresentar a informação de modo claro e sucinto e clarificar quaisquer dúvidas junto dos responsáveis de cada escola/instituição presencialmente ou por telefone.
Ações programadas	Explicar que será desenvolvida em diversas etapas e que este será um primeiro nível de análise.	
Proposta de trabalho	Mencionar sucintamente as instruções que devem ser seguidas pelos facilitadores e de que modo deve ser preenchida a grelha de análise.	
Recomendações	Recomendações para a facilitação da discussão com os jovens e indicação da data-limite para entrega destes levantamento.	
Agradecimento e contactos	Agradecimento e indicação do contacto do coordenador local (freguesia) e responsável dentro da escola/instituição.	

ANEXO 8: GRELHA DE ANÁLISE

Freguesia:

Escola/instituição:

Turma/grupo:

Responsável:

Contacto:

Data:

Área	Potencialidades/ recursos	Problemas identificados	Locais onde foram identificados	Propostas de ação
Ambiente				
Saúde				
Segurança				
Educação, lazer e cultura				
Condições de vida				

Observações:

ANEXO 10: LISTAGEM DOS JOVENS ENVOLVIDOS POR FREGUESIA

Freguesia	Instituição	Nome do(a) aluno(a)	Turma/ Grupo	Contacto	Confirmou presença (S/N)

Observações:

ANEXO 13: QUADRO DE ACOMPANHAMENTO DA 4ª FASE - ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SESSÃO DE PREPARAÇÃO COM JOVENS						
Freguesia	Representantes (jovens)	Contactos	Planeamento logístico		Planeamento da sessão	
			Responsáveis	Ponto de situação	Responsáveis	Ponto de situação
PLANEAMENTO DA SESSÃO NA ASSEMBLEIA						
Contactos institucionais		Planeamento da apresentação		Planeamento detalhado da sessão		Observações
Responsáveis	Ponto de situação	Responsáveis	Ponto de situação	Responsáveis	Ponto de situação	

ANEXO 14: QUADRO DE PLANEAMENTO DA 5ª FASE - AVALIAÇÃO

Público- -alvo	Tipo de ava- -liação	Data das sessões	Atividades	Materiais	Observações

Financiado por:



Co-financiado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



RECURSO

CIDADANIA ATIVA - MANUAL DE APOIO À PARTICIPAÇÃO LOCAL

PROJETO

AFRI-CÁ; ASAS E RÁIZES II

INSTITUIÇÕES DE CONSÓRCIO

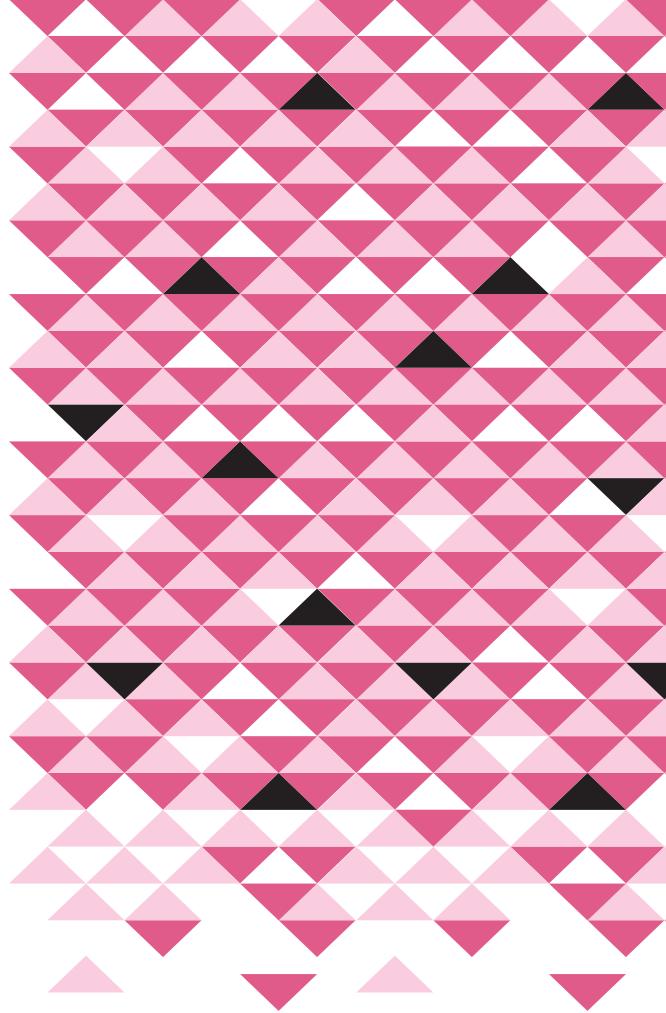
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E JUVENIL BATOTO YETU PORTUGAL

FUNDAÇÃO LUSO-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SÃO BRUNO

CPCJ DE OEIRAS



RE / FAZER ESCOLA
COM O ESCOLHAS
COLHAS

